



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ- REITORIA DE ENSINO MÉDIO,
TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA FILHO

**DESAFIOS NO CONTROLE DO Aedes Aegypti: O Papel dos Agentes
Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias.**

**CATOLÉ DO ROCHA
2024**

FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA FILHO

DESAFIOS NO CONTROLE DO AEDES AEGYPTI: O Papel dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Me. Mônica Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Duarte Mariz Nóbrega

**CATOLÉ DO ROCHA
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F383d Ferreira Filho, Francisco de Assis.

Desafios no controle do *Aedes aegypti* [manuscrito] : o papel dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias / Francisco de Assis Ferreira Filho. - 2024.

20 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Mônica Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Duarte Mariz Nóbrega, Coordenação do Curso de Administração - CCEA. "

1. *Aedes aegypti*. 2. Cuidados primários de saúde. 3. Monitoramento sanitário. I. Título

21. ed. CDD 610.734 3


FRANSCISCO DE ASSIS FERREIRA FILHO

DESAFIOS NO CONTROLE DO AEDES AEGYPTI: O PAPEL DOS AGENTES
COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS


Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentada ao Departamento
do Curso de Administração Pública
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Administração
Pública.

Aprovada em: 25/03/2024.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 MONICA LUCIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Data: 29/05/2024 16:23:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Mônica Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Duarte Mariz Nóbrega
(Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 JOSE PEREIRA DA SILVA
Data: 29/05/2024 21:41:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Pereira da Silva Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 KALINE DI PACE NUNES
Data: 29/05/2024 16:14:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Kaline Di Pace Nunes
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	08
2.1	Acs e ACE enfrentando o vetor e integração/articulação entre outros profissionais	08
2.2	Integração de iniciativas abrangentes envolvendo saúde, comunicação efetiva e mobilização social	09
2.3	Função do saneamento ambiental	10
3	MATERIAL E MÉTODOS.....	11
4	RESULTADOS	12
5	DISCUSSÃO	13
6	CONCLUSÕES	14
	REFERÊNCIAS	15

DESAFIOS NO CONTROLE DO Aedes Aegypti: O PAPEL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS

Assis Ferreira Filho¹

RESUMO

O manejo das enfermidades disseminadas pelo vetor *Aedes aegypti* está associado a um conjunto de medidas vinculadas à atenção primária à saúde, vigilância sanitária, instrução em saúde e envolvimento comunitário. Dada a importância de realizar ações integradas, o propósito deste estudo consistiu em identificar a forma como ocorre a interligação entre os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate a Endemias (ACE) no dia a dia das atividades preventivas e de controle do *Aedes aegypti*. Uma revisão bibliográfica foi conduzida por meio da análise de artigos publicados no intervalo de 2011 a 2016 nas plataformas Scientific Electronic Library Online (Scielo) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A partir dessa análise, constatou-se que as iniciativas de controle do vetor requerem dos profissionais um esforço integrado e multiprofissional. Tais ações ultrapassam o âmbito da saúde, tornando-se imperativo promover políticas interdisciplinares, ampliar a formação continuada dos profissionais e incentivar a participação ativa da sociedade.

Palavras-chave: *Aedes aegypti*; saúde. Monitoramento sanitário.

ABSTRACT

The management of diseases spread by the *Aedes aegypti* vector is associated with a set of measures linked to primary health care, health surveillance, health education and community involvement. Given the importance of carrying out integrated actions, the purpose of this study was to identify how the interconnection between Community Health Agents (ACS) and Endemic Disease Combat Agents (ACE) occurs in the day-to-day activities of preventive and control activities. of *Aedes aegypti*.

A bibliographic review was conducted through the analysis of articles published between 2011 and 2016 on the Scientific Electronic Library Online (Scielo) and Virtual Health Library (VHL) platforms. From this analysis, it was found that vector control initiatives require professionals to make an integrated and multidisciplinary effort. Such actions go beyond the scope of health, making it imperative to promote interdisciplinary policies, expand the continued training of professionals and encourage the active participation of society.

Keywords: *Aedes aegypti*. Care. Health monitoring.

¹ Estudante em Bacharelado de Administração pela UEPB. E-mail: assis_filho19@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

No início do século XX, o mosquito transmissor, conhecido como *Aedes aegypti*, foi identificado como o causador da febre amarela urbana. Em 1955, houve a erradicação dessa espécie no Brasil, no entanto, sua reintrodução ocorreu por meio de deslocamentos humanos, tanto marítimos quanto terrestres (conforme Braga e Valle, 2007, e Peres, A.C., 2016). Na segunda metade do século XX, a partir de 1981, a cidade de Boa Vista/RR registrou o primeiro surto epidêmico da dengue, que posteriormente se espalhou para outros estados. Na década de 90, a disseminação do vetor atingiu grande parte do país, resultando em vários surtos nas grandes cidades das regiões Sudeste e Nordeste (Santos, 2012).

Em 2014, casos de Chikungunya foram confirmados em indivíduos provenientes de países da América Central, e os primeiros casos autóctones foram identificados no Amapá. Em 2015, o Ministério da Saúde confirmou casos do vírus Zika no Brasil, os quais se espalharam rapidamente por vários estados do país (Chaves et al., 2015). A participação ativa da comunidade na eliminação do mosquito é essencial, uma vez que estudos indicam que cerca de 90% dos criadouros estão dentro dos domicílios (Gomes et al., 2015). As instituições governamentais têm buscado organizar ações integradas de saúde, educação, comunicação e mobilização social, principalmente na Atenção Primária à Saúde, destacando a Estratégia Saúde da Família (ESF). Fatores que afetam a aderência da população às práticas preventivas muitas vezes estão relacionados à falta de comunicação entre os serviços de saúde e a comunidade. Torna-se necessário criar ambientes que incentivem discussões nas comunidades sobre questões sanitárias relevantes, de forma contínua (Silva et al., 2011).

Para combater o *Aedes aegypti*, é crucial reavaliar as intervenções no ambiente, pois, sem a implementação regular de sistemas públicos de abastecimento de água, saneamento adequado, descarte correto de resíduos sólidos urbanos e redução da violência em muitas comunidades urbanas, é difícil reduzir os índices de infestação dos mosquitos (Peres, 2016). Doenças transmitidas por vetores estão intimamente ligadas às condições sociais e sanitárias precárias. O programa atual de controle do mosquito não aborda políticas públicas que busquem resolver as graves desigualdades nessas condições, tornando ineficazes as medidas de promoção, vigilância e educação em saúde (Cesarino et al., 2014).

As ações de educação em saúde demandam a interação de conhecimentos, baseada em uma relação horizontal que considera as necessidades dos participantes, transformando-os em sujeitos construtores de suas vidas em um contexto sociocultural permeado por expectativas, valores, crenças e hábitos (Silva et al., 2011). As políticas públicas setoriais estão estruturadas para funcionarem de forma isolada, devido ao grau de especialização e profissionalização de cada setor. A educação permanente, na perspectiva da intersectorialidade, baseia-se na articulação das ações de gestão em relação a problemas reais elencados pelos habitantes desses territórios, transformando esses problemas em demandas políticas. Esse é o papel central que a prática da vigilância em saúde deve desempenhar na Atenção Primária à Saúde (Cesarino et al., 2014).

A Portaria Ministerial GM N 02121/2015 adiciona como atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) a execução conjunta com os Agentes de Combate a Endemias (ACE) de ações de controle de doenças em situações de surtos e epidemias. Essas ações incluem o uso de medidas de controle apropriadas, manejo ambiental e outras práticas integradas de controle de vetores, conforme decisão da

gestão municipal (Brasil, 2015). Dada a importância de realizar ações integradas, o objetivo desta pesquisa é identificar como ocorre a articulação entre ACS e ACE no cotidiano das ações de prevenção e controle do *Aedes aegypti* na Atenção Primária à Saúde, além das estratégias adotadas nos municípios em todo o território nacional. Os resultados poderão ser utilizados pelos gestores para comparar as estratégias já implementadas nos municípios e aprimorar as ações de promoção e controle do mosquito, permitindo também a implantação de políticas com a participação da comunidade e de instituições, sejam públicas ou privadas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ACS e ACE enfrentando o vetor e integração/articulação entre outros profissionais

Em relação à integração dos Agentes de Combate a Endemias (ACE) nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), uma pesquisa conduzida em São José do Rio Preto-SP, visando aprimorar a eficácia do programa de controle da dengue, revelou que as atividades de promoção da saúde, prevenção de doenças e manejo ambiental, centradas em uma concepção mais abrangente de saúde, permitiram uma troca de experiências e ampliação da perspectiva dos agentes de combate a endemias. Estes passaram a sentir-se valorizados pela comunidade e pela Equipe de Saúde da Família (ESF), desempenhando suas atividades com maior motivação (Cesarino et al., 2014). Por outro lado, um estudo realizado por Libanio, Favoreto e Pinheiro (2014)

analisou a incorporação das ações de Vigilância Ambiental pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em Pirai-RJ, no período de 2006 a 2013. Os ACS passaram a identificar criadouros de larvas, aplicar biolarvicidas, instalar telas em reservatórios de água, entre outras ações. Os resultados indicaram melhorias na vigilância da dengue, com cobertura de visitas em 90% dos imóveis, identificação mais eficaz de áreas e domicílios de risco, e realização de atividades educativas relacionadas aos territórios.

Contudo, o vínculo dos ACS com a comunidade, especialmente na zona rural, trouxe desafios, como a aplicação de notificações e intervenções legais no ambiente, devido à dificuldade da população em reconhecê-los como agentes responsáveis pela vigilância da dengue. Os ACS reconhecem a necessidade de integração com a vigilância para resolver conflitos, avaliar e monitorar o trabalho realizado, buscando estratégias que promovam a integração por meio da educação permanente (Libanio; Favoreto; Pinheiro, 2014; Oliveira et al., 2012).

Em contrapartida, um estudo de Santos et al. (2015) constatou a falta de integração entre a ESF e o Programa de Dengue, tanto nas atividades de campo do ACS quanto pela equipe de saúde. A dengue não é considerada uma doença de interesse incorporada às atividades rotineiras. Apesar disso, o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD, 2002) destaca a importância de consolidar a inserção do PACS e da Estratégia em Saúde da Família nas ações de prevenção e controle da dengue, buscando promover mudanças de hábitos na comunidade e sensibilizar o sistema de vigilância por meio de notificação imediata de casos.

Identificar os fatores que dificultam ou facilitam a incorporação dos agentes de endemias nas atividades de prevenção e controle da dengue na Estratégia Saúde da Família é essencial para cooperar e coordenar entre profissionais e serviços de saúde. (PESSOA, 2016, p. 70).

No estudo de Pessoa et al. (2016), os ACS e ACE apontaram a necessidade de capacitação funcional entre esses profissionais e todos os demais da saúde, incluindo supervisores e gestores, para favorecer atividades integradas. Detalhar as funções dos profissionais foi destacado como forma de maximizar o trabalho conjunto (ACE/ACS) no controle da dengue.

2.2 Integração de iniciativas abrangentes envolvendo saúde, comunicação efetiva e mobilização social

Na pesquisa conduzida por Libanio, Favoreto e Pinheiro (2014), destacou-se as dificuldades enfrentadas pelos ACS na integração das ações de educação e promoção da saúde com a vigilância da dengue. A abordagem predominantemente fiscalizadora das atividades de controle do vetor limitava a percepção da comunidade sobre a vigilância da dengue, impedindo que ela fosse compreendida também como uma iniciativa educativa e de promoção da saúde. Além disso, o estudo evidenciou que, apesar do vínculo estreito dos ACS com a comunidade, não ocorreu uma mobilização comunitária espontânea, e não foram abordadas questões relacionadas aos determinantes sociais e culturais que influenciam o comportamento dos moradores. Os ACS não conseguiram compreender plenamente o papel integrado da vigilância ambiental em saúde, mobilização comunitária e intersetorialidade (LIBANIO; FAVORETO; PINHEIRO, 2014).

Tanto os ACS quanto os ACE expressaram a necessidade de capacitação para atuar na perspectiva da integralidade do atendimento, indicando a importância de criar espaços de discussão para incorporar o conhecimento à prática concreta dos serviços de saúde (LIBANIO; FAVORETO; PINHEIRO, 2014; CESARINO et al., 2014). A educação permanente surge como uma ferramenta indispensável para qualificar as práticas de cuidado, gestão e participação popular, proporcionando um processo contínuo de aprendizado no trabalho. Essa abordagem contribui para a oferta de saúde de qualidade à população (CESARINO et al., 2014).

A eficácia das estratégias de combate ao *Aedes aegypti*, focadas no controle do vetor, é respaldada por diversos estudos. No entanto, é crucial reconhecer que as ações voltadas para a mudança de comportamento da população são fundamentais. O Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) destaca a importância do componente de ações integradas de educação em saúde, comunicação e mobilização social. Essas ações visam estimular a mudança de comportamento e a adoção de práticas que mantenham o ambiente doméstico livre da infestação por *Aedes aegypti*, considerando a sazonalidade da doença e as particularidades locais (BRASIL, 2002). A comunicação social desempenha um papel crucial na divulgação e informação sobre a educação em saúde e mobilização social, visando a alteração de comportamentos e hábitos da população. É fundamental que a comunicação gere referências para a ação, promovendo mudanças comportamentais nos indivíduos de acordo com suas trajetórias pessoais e sociais (REIS, ANDRADE, CUNHA, 2013; SANTOS et al., 2011). A educação permanente surge como uma estratégia essencial para manter e qualificar as ações integradas de vigilância ao *Aedes aegypti* (LIBANIO; FAVORETO; PINHEIRO, 2014; CAZOLA et al., 2014).

A pesquisa ressalta a importância da intersetorialidade como base conceitual, reconhecendo o território como um espaço geográfico e político-social. A identificação dos macroproblemas de saúde deve gerar operações intersetoriais para resolvê-los, considerando a disponibilidade real de recursos existentes nesse território (CESARINO et al., 2014). No entanto, observou-se que ACS e ACE não estavam

preparados para lidar com questões relacionadas aos problemas da coletividade e com a intersetorialidade. A falta de fluxos efetivos entre as diferentes instâncias e a morosidade na resolução de demandas demonstraram a necessidade de uma abordagem mais integrada e participativa, envolvendo a população nos processos decisórios relacionados à saúde individual e coletiva (CESARINO et al., 2014; LIMA; VILASBOAS, 2011).

2.3 Função do saneamento ambiental

O Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) de 2002 destaca a importância de promover ações de saneamento ambiental para eficaz controle do *Aedes aegypti*, visando garantir o fornecimento regular de água, a coleta adequada e a destinação correta de resíduos sólidos, bem como o armazenamento apropriado de água nos domicílios, quando necessário (BRASIL, 2002). A falta de estímulo para seguir as diretrizes do PNCD tem favorecido a disseminação do mosquito, especialmente devido às condições precárias de saneamento nos centros urbanos, ao abastecimento intermitente de água, entre outros fatores que propiciam o desenvolvimento do vetor (SANTOS, 2012).

As ações propostas pelo PNCD incluem incentivar a limpeza urbana e a coleta regular de lixo, a ser realizada de maneira sistemática pelos municípios. Além disso, sugere a criação de modelos de reservatórios para armazenamento de água potável nos domicílios, com ajustes nas normas para fabricação de caixas d'água a fim de evitar a infestação pelo *Aedes aegypti* (BRASIL, 2002). Reservatórios de maior capacidade, como caixas-d'água e piscinas, quando inadequadamente vedados, têm sido associados estatisticamente a casos graves de dengue nos domicílios, devido ao maior potencial de produção de mosquitos adultos (SANTOS, 2012).

A conscientização da população sobre os problemas causados pelo manejo inadequado de resíduos é essencial para equilibrar o ambiente e a saúde pública. É fundamental implementar mecanismos de educação ambiental para promover melhores práticas de acondicionamento de resíduos, incentivando a participação ativa da comunidade no combate à proliferação do mosquito da dengue e, por conseguinte, promovendo melhorias na saúde e no meio ambiente (OLIVEIRA, 2012).

Ao avaliar as práticas de vigilância em um município da Bahia, observou-se que as ações mais implementadas referentes ao controle municipal da dengue foram o controle químico do vetor e as ações educativas em saúde. No entanto, ações intersetoriais e de manejo ambiental não foram totalmente implementadas, destacando a falta de projetos para melhoria do fornecimento de água e armazenamento adequado em áreas prioritárias, conforme estudo epidemiológico e entomológico (SILVA; SILVA, 2013).

As atividades para redução de criadouros do mosquito incluíam a distribuição de tampas e capas para reservatórios, porém, a nível local, não foram elaborados projetos para melhorar a frequência de fornecimento de água em áreas prioritárias. Além disso, os mutirões de limpeza, embora sistemáticos, não contavam com a adesão da comunidade. No que diz respeito ao destino adequado do lixo, apesar da implantação de aterro sanitário, na zona rural, grande parte do lixo coletado nas moradias ainda era despejado em "lixões" (SILVA; SILVA, 2013).

3. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo consiste em uma revisão de literatura, baseada em uma pesquisa sistemática de estudos publicados na base de dados Scientific Electronic Library Online (Scielo) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados conectores "e" e "ou" como delimitadores para combinações restritivas e aditivas, respectivamente. O foco da pesquisa envolveu os descritores *Aedes aegypti*, atenção primária, vigilância em saúde e promoção em saúde, resultando na análise de 20 artigos, dos quais 13 foram selecionados para compor o estudo.

A escolha dos artigos concentrou-se no protagonismo dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, explorando a inter-relação dessas categorias profissionais e suas estratégias de enfrentamento para o controle do *Aedes aegypti* em diversas localidades do Brasil.

A análise dos dados seguiu a normatização do Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) do Ministério da Saúde, comparando os resultados obtidos com o referencial teórico que embasa a temática. A avaliação do impacto de fatores como condições sanitárias precárias em centros urbanos, abastecimento intermitente de água e outros elementos que propiciam o desenvolvimento do vetor foi o parâmetro central para observar as ações realizadas pelos municípios no combate e prevenção do *Aedes aegypti*, conforme os artigos científicos publicados no período de 2011 a 2016.

Os textos foram categorizados em três dimensões principais: o papel dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) no combate ao vetor e integração/articulação entre as categorias profissionais; ações integradas de educação em saúde, comunicação e mobilização social; e o papel do saneamento ambiental.

4 RESULTADOS

A análise dos estudos apresentados destaca a relevância do engajamento dos profissionais de saúde, especialmente dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE), no combate ao *Aedes aegypti*. A abordagem integrada, conforme sugerida por Mesquita, Parente e Coelho (2017), emerge como uma estratégia fundamental, requerendo esforços multiprofissionais e educação contínua.

A compreensão da percepção da comunidade adiciona uma camada importante ao controle da dengue. A análise do discurso coletivo destaca a necessidade de estratégias de comunicação sensíveis às perspectivas da população, enfatizando a importância do engajamento ativo da comunidade nas medidas preventivas.

A comunicação sazonal sobre a dengue em grupos socioeducativos pode ser uma estratégia eficaz para sensibilizar a população em momentos específicos, fortalecendo a conscientização sobre medidas preventivas. Destaca-se a importância da abordagem psicossocial e da compreensão das dinâmicas sociais no enfrentamento da dengue ao analisar a responsabilização do outro nos discursos de enfermeiros.

A associação entre condições precárias de saneamento ambiental e a disseminação do mosquito *Aedes aegypti* ressalta a urgência de ações que garantam fornecimento contínuo de água, destinação adequada de resíduos sólidos e implementação das diretrizes do Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD). A importância da integração de práticas entre Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde para a efetividade das estratégias preventivas.

A educação ambiental e a conscientização da população são cruciais para a eficácia das estratégias de controle. Esses resultados indicam a complexidade do desafio do controle do *Aedes aegypti* e a necessidade de uma abordagem abrangente que envolva profissionais de saúde, a comunidade e políticas públicas integradas. Fornecem insights valiosos para orientar futuras ações e pesquisas no campo do controle de arboviroses transmitidas por mosquitos.

5. DISCUSSÃO

O controle do *Aedes aegypti*, vetor de doenças como a dengue, chikungunya e zika, tem sido objeto de estudo por diversos pesquisadores, evidenciando a complexidade e a necessidade de abordagens integradas para lidar com esse desafio de saúde pública.

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate a Endemias (ACE) no controle do *Aedes aegypti*. A atuação integrada desses profissionais, que requer um trabalho multiprofissional, é vital para promover a assistência à saúde integral da população. Além disso, ressaltam a necessidade de políticas intersetoriais e de uma educação permanente para os profissionais e a participação ativa da sociedade.

A percepção da comunidade sobre o controle da dengue. A análise do discurso coletivo revela a importância da compreensão da população sobre as ações de combate ao vetor. Isso destaca a necessidade de estratégias de comunicação eficazes para envolver ativamente a comunidade no processo de prevenção.

Uma perspectiva interessante ao abordar a comunicação sazonal sobre a dengue em grupos socioeducativos na atenção primária à saúde. A promoção de ações educativas sazonais pode ser uma estratégia eficaz para sensibilizar a população em momentos estratégicos, fortalecendo a conscientização sobre medidas preventivas.

A responsabilização do outro, abordando os discursos de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família sobre a ocorrência de dengue. Esse aspecto evidencia a importância da abordagem psicossocial e da compreensão das dinâmicas sociais no enfrentamento da doença.

A associação entre condições precárias de saneamento ambiental e a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. A falta de estímulo ao estabelecido no Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) contribui para a disseminação do mosquito, enfatizando a urgência de ações que garantam fornecimento contínuo de água e a destinação adequada de resíduos sólidos.

A discussão ao analisar os consensos produzidos por Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde sobre as ações integradas de controle da dengue. Esse estudo destaca a importância da integração das práticas desses profissionais na implementação efetiva de estratégias preventivas.

Diante dessas contribuições, a discussão se concentra na necessidade de ações integradas, políticas intersetoriais e estratégias de comunicação eficazes para o controle do *Aedes aegypti*. O engajamento da comunidade, aliado ao fortalecimento do sistema de saúde e do saneamento ambiental, emerge como elementos cruciais na abordagem desse desafio complexo.

6. CONCLUSÃO

O enfrentamento ao mosquito *Aedes aegypti* representa uma abordagem complexa que requer dos profissionais de saúde, especialmente dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE), um trabalho integrado e multiprofissional. A realização do estudo revelou que as ações de combate ao *Aedes aegypti* vão além do setor saúde, destacando a necessidade imperativa de promover políticas intersetoriais. Além disso, é crucial ampliar a educação permanente dos profissionais e estimular a participação ativa da sociedade.

A elaboração, implantação e implementação de políticas públicas articuladas nas esferas federal, estadual e municipal são essenciais. Tais políticas devem contemplar medidas eficazes de saneamento básico, incluindo a coleta regular de lixo, visando reverter o atual quadro das arboviroses e promover o controle do vetor, prevenindo doenças, complicações e óbitos no país.

A integração das ações entre os setores da Atenção Básica à Saúde e da Vigilância em Saúde/Saúde Ambiental no controle do *Aedes aegypti* mostrou-se eficaz, tanto para os ACS ao desempenharem as atribuições dos ACE, quanto para estes ao serem incorporados às rotinas das Equipes de Saúde da Família. Essa integração está alinhada com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) de 2002. Adicionalmente, destaca-se a importância da implementação de estratégias que fortaleçam a colaboração entre os setores e a efetividade das ações no controle do vetor e na prevenção de doenças associadas.

Devido à escassez de artigos científicos que abordem a atuação integrada entre os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) no combate ao vetor *Aedes aegypti*, sugere-se a realização de novas pesquisas. Estas pesquisas devem visar demonstrar estratégias de atuação e o compartilhamento de experiências em diversos municípios do país. Um aspecto relevante a ser destacado é a necessidade de estímulo a recursos materiais e financeiros para o desenvolvimento de pesquisas estratégicas no controle do mosquito *Aedes aegypti* em nível municipal. Essas pesquisas têm o propósito de orientar a implementação de ações locais mais efetivas no enfrentamento desse problema.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, I. A.; VALLE, D. **Aedes aegypti**: histórico do controle no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 16, n. 2, p. 113-118, 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/277125759_Aedes_Aegypti_historico_o_do_controle_noBrasil](https://www.researchgate.net/publication/277125759_Aedes_Aegypti_historico_do_controle_noBrasil). Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.
- BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria GM no –2122, de 18 de dezembro de 2015. Altera o Anexo I da Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, para reforçar as ações voltadas ao controle e redução dos riscos em saúde pelas Equipes de Atenção Básica. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, seção 1, p. 80-81.
- CAZOLA, L. H. de O.; TAMAKI, E. M.; PONTES, E. R. J. **Incorporação do controle da dengue pelo agente comunitário de saúde**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 67, nº4, jul./ago., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n4/0034-7167-reben-67-04-0637.pdf>. Acesso em: 31 de janeiro de 2024
- CESARINO, M. B. et al. **A difícil interface controle de vetores** - atenção básica: inserção dos agentes de controle de vetores da dengue junto às equipes de saúde das unidades básicas no município de São José do Rio Preto, SP. *Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 3, p. 1018-1032, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000300023>. Acesso em: 19 de Março 2024.
- MENDES, F. O. S.; PARENTE, A. S.; COELHO, G. M. P. **Agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias**: desafios para controle do *Aedes aegypti*. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v. 11, n. 36, p. 64- 77, julho de 2017. ISSN: 1981-1179.
- MESQUITA, F. O. S.; PARENTE, A. S.; COELHO, G. M. P. **Agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias**: desafios para controle do *Aedes aegypti*. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v. 11, n. 36, p. 64-77, julho de 2017. ISSN: 1981-1179.
- OLIVEIRA, G. L. A. **Prevenção e controle da dengue no município de Sabará/MG**: análise de materiais educativos impressos e das representações sociais de agentes de controle de endemias. Tese de Mestrado. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://arca.icict.fiocruz.br/bitstream/icict/5498/1/Dissertacao_Giselle%20Lopes%20Armando%20de%20Oliveira.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.
- PESSOA, J. P. de M. et al. **Controle da dengue**: os consensos produzidos por Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde sobre as ações integradas. *Ciências Saúde Coletiva*, v. 21, n. 8, p. 2329-2338. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802329. Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.
- REIS, C. B.; ANDRADE, S. M. de O.; CUNHA, R. V. **Responsabilização do outro**: discursos de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família sobre

ocorrência de dengue. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 66, nº01, jan/fev, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00347167201300010_0011. Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

SANTOS, G. B. G. **Fatores associados à ocorrência de casos graves de dengue: análise dos anos epidêmicos de 2007-2008 no Rio de Janeiro.** Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca ENSP. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=688809&indexSearch=ID>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

SANTOS, S. L. et al. **Percepção sobre o controle da dengue: uma análise a partir do discurso coletivo.** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v. 03, n. 02, 2015. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistamseu/index.php/revista/article/view/130>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024

SILVA, G. A. P.; SILVA, L. M. V. **Organização das práticas de vigilância em um sistema local.** Revista Bahiana de Saúde Pública, v. 37, nº1, p. 57-73, jan/mar, 2013. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/s/01000233/2013/v37n1/a3820.pdf>. Acesso em: 31 de janeiro de 2024.

SILVA, L. B.; SOARES, S. M.; FERNANDES, T. de O.; AQUINO, A. L. **Comunicação sazonal sobre a dengue em grupos socioeducativos na atenção primária à saúde.** Revista de Saúde Pública, v. 45, n. 06, p. 01-08, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102011000600019&script=sci_arttext. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.